

“Realinhamentos Eleitorais dos Portugueses em Eleições Legislativas, 1983-1999: Uma Avaliação Diacrónica do Impacto da Estrutura de Clivagens e da Conjuntura Económica nos Alinhamentos Eleitorais”

André Freire¹

I - Introdução

Nas eleições legislativas entre 1975 e 1985, não contando com o fenómeno AD, as somas das percentagens de votos do PSD e do PS nunca foram superiores a 64,3% (1975), atingindo um mínimo de 50,6% (1985)² (MAI/STAPE, 1999). Contudo, a partir de 1987, inclusive, o domínio eleitoral destes dois partidos excedeu sempre os 72%. A contrapartida deste último fenómeno foi o progressivo declínio eleitoral do PCP e do CDS, sobretudo a partir de 1987, mesmo apesar da ligeira recuperação do CDS, em 1995 e 1999, e do PCP, em 1999. Por outro lado, entre 1975 e 1999 registou-se também um declínio do voto nos micro partidos (“Outros”, UDP, PSN e BE), apesar de irregular (MAI/STAPE, 1999).

Tal como Joaquim Aguiar (1994, pp. 227-236) e Manuel Braga da Cruz (1995, pp. 310-317), Marina Costa Lobo (1996, pp. 1086-1099) aponta como uma das hipóteses explicativas da concentração do voto nos dois maiores partidos e do crescimento da volatilidade total (conjunto de transferências líquidas de voto entre os partidos), após 1983, o declínio das clivagens tradicionais, decorrente da modernização socio-económica. Todavia, o declínio da política das clivagens é meramente inferido da evolução dos resultados eleitorais.

II - Objectivos da pesquisa, metodologia e dados

Em primeiro lugar, pretende-se determinar se houve efectivamente um declínio do poder explicativo das clivagens, tal como indiciam os fortes acréscimos da volatilidade total registados entre 1985 e 1995³. Nesta matéria, as eleições de 1983 servem como ponto de comparação, face ao qual se determinará se houve ou não declínio da política das clivagens, pois a forte elevação dos níveis de volatilidade total só começou a verificar-se daí em diante⁴ (Lobo, 1996; Freire, 2000a). Em segundo lugar, procura-se determinar a evolução do perfil sociológico dos eleitores de cada um dos quatro maiores partidos (PCP,

¹ Docente no ISCTE e Investigador Júnior Associado no ICS (andre.freire@iscte.pt). Quero agradecer os comentários críticos dos Professores Manuel Villaverde Cabral, Jorge Gaspar e Pedro Tavares de Almeida.

² Quanto à evolução da participação e abstenção eleitorais, entre 1975 e 1995, ver Freire, 2000b.

³ Existem várias pesquisas que testam os determinantes sociológicos dos comportamentos eleitorais em Portugal, mas não abrangem o período 1983-1999 e não testam o (presumido) declínio da política das clivagens (Gaspar & Vitorino, 1976; Gaspar & André, 1990; André & Gaspar, 1989; Gaspar *et al*, 1990; Freire, 2000c; Montargil, 1995; Nataf, 1995; Cabral, 1995 e 1998; Bacalhau, 1989 e 1994; Gunther & Montero 1994). Quanto ao impacto da economia no voto dos portugueses, apenas Nataf (1995, pp. 94-98) o faz, mas não abrange todo o período aqui analisado e não controla a hipótese de relações espúrias (Freire, 2000a, pp. 95-102). Por outro lado, Veiga (1998) apenas testa a relação entre a economia e os níveis de popularidade dos governantes, enquanto que Lobo (1996) se centra na manipulação política do ciclo económico pelas elites políticas. Para uma análise mais aprofundada destes trabalhos, ver Freire, 2000a.

⁴ Refira-se que não estendemos a nossa análise a eleições anteriores a 1983 por motivos de acessibilidade aos dados e exequibilidade da pesquisa.

CDS, PS e PSD). Em terceiro lugar, tendo em conta as limitações do modelo das clivagens (Lipset & Rokkan, 1992), pretendemos testar também os efeitos da conjuntura económica sobre o voto (Downs, 1957; Tuffte, 1994; Kiewiet, 1983; Lewis-Beck, 1990).

Utilizaremos a metodologia ecológica (King, 1997). Isto é, utilizaremos dados agregados, os quais se reportam sempre a unidades territoriais (os 275 concelhos⁵ de Portugal Continental⁶). O risco de “falácia ecológica” verifica-se quando pretendemos explicar o comportamento individual através de “dados agregados” e as correlações ecológicas não são transponíveis para o nível individual porque têm 1) uma intensidade diferente e/ou 2) um sentido diferente (Langbein & Lichtman, 1978, p. 9; King, 1997, pp. 12-17). Por isso, as extrapolações para o comportamento individual serão consideradas como meras aproximações, as quais carecerão sempre de adicional comprovação empírica através de “dados individuais”.

III - Quadro teórico e hipóteses da pesquisa

De acordo o modelo das clivagens (Lipset & Rokkan, 1992), os alinhamentos dos eleitores dependem do respectivo posicionamento na estrutura social (centro-periferia; secularização-religiosidade; urbano-rural; capital-trabalho) e da acção socializadora e mobilizadora das organizações sociais e políticas respectivas. As diferentes posições dos eleitores na estrutura social estão associadas a diversos interesses sócio-económicos e a diferentes sistemas de valores, que depois se traduzem (probabilisticamente) em diversos comportamentos eleitorais (Lipset & Rokkan, 1992, p. 177).

Em termos da clivagem religiosa (ver Freire, 2000c), a nossa hipótese de trabalho é a seguinte:

H1: Nos concelhos com maior nível de integração religiosa (percentagem de indivíduos que frequentam semanalmente a missa: “missalizantes”) haverá maiores proporções de voto nos partidos de direita (PSD e CDS); Nos concelhos mais secularizados haverá maiores proporções de voto nos partidos de esquerda (PS e PCP).

Em termos da clivagem capital-trabalho, a hipótese é a seguinte:

H2: Nos concelhos onde há maior peso relativo das classes proprietárias haverá maiores proporções de voto nos partidos de direita (PSD e CDS); nos concelhos onde há maior peso relativo das classes assalariadas, haverá maiores proporções de voto nos partidos de esquerda (APU/CDU, PS e PRD).

Em Portugal, a clivagem centro-periferia *per se* não tem relevância político-partidária, pelo que não faz sentido formular hipóteses sobre a matéria (Gaspar & Vitorino, 1976; Gaspar & André, 1990; Gaspar *et al*, 1990; André & Gaspar, 1989; Freire, 2000a). Quanto à clivagem urbano-rural, o respectivo impacto nos alinhamentos dos eleitores é mediado pela estrutura de classes, sobretudo no espaço rural (Coelho, 1980; Cruz, 1988, pp. 212-224; André & Gaspar, 1989, pp. 268-273; Gaspar & André, 1990; Gaspar *et al*, 1990, pp. 146-170; Freire, 1995; Nataf, 1995, pp. 117-118; Schmitter, 1999, p. 97, Quadro 6; Freire, 2000a).

⁵ Para otimizar a comparabilidade com o período anterior, os resultados referentes aos três concelhos criados em 1999 (Vizela, Trofa e Odivelas) foram fundidos com os dos municípios originais: Guimarães, Santo Tirso e Loures, respectivamente.

⁶ A não consideração das Regiões Autónomas deveu-se à insuficiência de dados.

O poder explicativo das clivagens refere-se ao nível de variância no voto partidário, entre concelhos, que é explicada pela bateria de indicadores referentes às estruturas sociais (Franklin *et al*, 1992; Dogan, 1995). Nas últimas quatro eleições legislativas, quer o PSD (1987 e 1991) quer o PS (1995 e 1999) conheceram um notável crescimento do seu apoio eleitoral, sendo expectável que, nessas eleições, se tenha esbatido o perfil sociológico dos seus apoiantes.

H3: Com as duas maiorias absolutas do PSD, em 1987 e em 1991, ter-se-á verificado um declínio do poder explicativo das estruturas sociais sobre o voto PSD.

H4: Com as duas vitórias recentes do PS, em 1995 e 1999, ter-se-á verificado um declínio do poder explicativo estruturas sociais sobre o voto PS⁷.

Têm sido apontadas várias insuficiências ao modelo das clivagens, nomeadamente para explicar as transferências de voto entre eleições, pois as alterações estruturais não permitem, pela sua lentidão, dar conta desses fenómenos (Campbell *et al*, 1980). No sentido de superar tais limitações têm sido proposta a combinação daquela perspectiva teórica com o modelo do “voto económico” (Tufte, 1990; Kiewiet, 1983; Lewis-Beck, 1990; Anderson, 1995).

Quer seja em termos do resultado de uma determinada vivência pessoal (“voto egoísta”), quer seja em resultado da avaliação das condições económicas nacionais/locais (“voto sociotrópico”), as questões do desemprego e da inflação assumem especial relevo na vida dos indivíduos. Em geral, os eleitores mais atingidos pelo desemprego ou que o percebem como uma prioridade política, em determinada conjuntura, tenderão a votar mais nos partidos de esquerda; pelo contrário, os eleitores mais atingidos pelo crescimento dos preços ou que percebem a estabilidade dos preços como uma prioridade política, em determinada conjuntura, tenderão a votar mais nos partidos de direita (“hipótese das prioridades políticas”) (Kiweit, 1983; Tufte, 1990; Anderson, 1995). A “hipótese das prioridades políticas” baseia-se nas diferentes prioridades macroeconómicas dos partidos nas democracias ocidentais, as quais são percebidas pelos eleitores: a direita dá maior prioridade à estabilidade dos preços; a esquerda dá maior importância ao combate ao desemprego (Kiweit, 1983; Tufte, 1990; Anderson, 1995; Freire, 2000a).

Por outro lado, no fim de cada mandato, o governo cessante e o(s) partido(s) que o apoia(m) -“incumbentes”-, também são julgados pelo desempenho da economia. Segundo a “hipótese da responsabilização”, os eleitores tenderão a penalizar os «incumbentes» em períodos recessivos, deslocando o seu voto para os partidos da oposição, e a votar neles em períodos de prosperidade económica (Kiewiet, 1983; Tufte, 1990; Lewis-Beck, 1990; Anderson, 1995).

As duas hipóteses que formulamos são:

H5: Nos concelhos onde se registam os piores indicadores económicos [maiores “taxas de desemprego”, aumentos da “taxa de variação no desemprego” e descidas na “taxa de variação nas remunerações médias mensais dos assalariados”], os eleitores tenderão a penalizar o(s) partido(s) (governo) “incumbente(s)” (PS e PSD, em 1985; PSD, em 1983⁸, 1987, 1991 e 1995; PS em 1999), beneficiando os partidos da oposição, em cada eleição.

⁷ Na nossa perspectiva, embora a eleição de 1985 tenha sido muito volátil, não é muito claro como formular hipóteses para este acto eleitoral (ver Freire, 2000a, pp. 120-121).

⁸ Em 1983 também o CDS era incumbente: coligação AD, 1980-1983.

H6: Nos concelhos com maiores “taxas de desemprego”, os eleitores tenderão a apoiar mais os partidos de esquerda (PCP, PS) e menos os partidos de direita (PSD, CDS).

IV - Indicadores compósitos da estrutura de clivagens

Tendo em conta que temos um elevado número de indicadores das clivagens (vinte variáveis), reduzimos a respectiva dimensionalidade através da Análise de Componentes Principais (ACP), com rotação ortogonal *Varimax* (Dunteman, 1989; Bryman & Duncan, 1992, pp. 319-326). Não incluímos neste processo os três indicadores da conjuntura económica, cujo impacto pretendemos medir em separado.

Os cinco Factores extraídos servirão como indicadores compósitos das estruturas de clivagem, cujo impacto sobre o voto partidário se irá avaliar através de regressões lineares múltiplas. Por constrangimentos de espaço não podemos apresentar aqui a matriz factorial que esteve na base da extracção dos cinco factores, nem a nossa adaptação da tipologia de classes de Erikson & Goldthorpe (1992) (ver Freire, 2000a ou 2000b).

V - Clivagens, conjuntura económica e voto no CDS, 1983-1999

Nos quadros 1 a 4, apresentamos dois tipos de variância explicada (R^2): uma referente ao conjunto do modelo (clivagens -Factores 1 a 5- e economia), na penúltima linha de cada quadro; outro referente apenas ao impacto das estruturas sociais, na última linha de cada quadro. O (presumido) declínio da política das clivagens será aferido através deste último tipo de variância explicada.

No caso do CDS, verifica-se que houve um claro declínio da política das clivagens de 1987 em diante (Quadro 1). Por outro lado, entre 1983 e 1987, o impacto independente dos indicadores da conjuntura económica representou cerca de 1% da variância explicada⁹. Em 1995 e 1999 este impacto independente foi de 2% e 5%, respectivamente. Ou seja, face ao período 1983-1991 verificou-se um aumento da importância dos factores de conjuntura.

Todas estas alterações indiciam um realinhamento da base eleitoral do CDS, o qual se iniciou com as maiorias absolutas do PSD, mas que se vincou ainda mais nas eleições de 1995 e 1999. Portanto, temos desde já um facto inesperado, isto é, esperávamos que as maiorias absolutas do PSD tivessem estado associadas a um declínio do poder explicativo das estruturas sociais sobre o voto neste partido, fruto do alargamento da sua base eleitoral (Hipótese 3); em contrapartida, nada dissemos quanto ao CDS.

Entre 1983 e 1991 (Quadro 1), o CDS esteve sempre mais bem implantado nas áreas rurais e com maior nível de integração religiosa do que nos concelhos com maior peso da população semi-urbana, com uma estrutura de classes mais modernizada e mais secularizados (*Betas*/Factor 2); este foi o factor mais relevante no período referido¹⁰. No mesmo período, o CDS teve maiores percentagens de votos nas zonas onde abundavam os camponeses, por oposição à menor implantação relativa nos concelhos com maiores proporções de trabalhadores manuais do sector secundário (*Betas*/Factor 5); este foi o segundo

⁹ Trata-se da diferença entre a variância explicada pelo conjunto dos indicadores e a variância explicada apenas pelas clivagens (só Factores 1 a 5).

¹⁰ Sobre a regressão linear múltipla, ver Carrión, 1995, pp. 397-398.

elemento da clivagens com maior relevo. Entre 1983 e 1991, o CDS registou maiores votações relativas nos concelhos com uma estrutura etária mais jovem (*Betas*/Factor 3); este foi o terceiro elemento com maior impacto na distribuição espacial do voto neste partido¹¹.

Quadro 1: Clivagens, economia e voto no CDS/PP, legislativas 1983-1999, Continente (N = 275) (regressões lineares múltiplas)

<i>Estrutura de Clivagens e Conjuntura Económica</i>	CDS83	CDS85	CDS87	CDS91	CDS95	CDS99
F1: Centralidade e Urbanidade (+)	-0,035	-0,068**	-0,088*	-0,050	0,048	0,032
F2: Terciário/Semi-Urbano, Secular (+)/ Rural (-)	-0,510*	-0,546*	-0,485*	-0,446*	-0,182*	-0,197*
F3: Idosos (+) / Jovens (-)	-0,265*	-0,299*	-0,232*	-0,335*	-0,400*	-0,334*
F4: Assalariamento e Gr. Propriedade Agrícolas (+)	-0,220*	-0,224*	-0,179*	-0,158*	-0,256*	-0,189*
F5: Trab. Industria (-)/ Peq. Burguesia Agrícola (+)	0,283*	0,327*	0,311*	0,355*	0,177*	0,164*
Taxa de desemprego ¹	-0,062	-0,060	-0,103	-0,000	-0,161*	-0,195*
Taxa de variação no desemprego 94/95 e 98/99 ²					-0,017	0,167*
Taxa de variação nas remunerações ³			-0,080**	0,091**	0,043	
R^2 (variância explicada)	50%	59%	51%	45%	38%	38%
R^2 (variância explicada) (Só Factores 1 a 5)	49%	58%	50%	45%	36%	33%

Fontes: Dados elaborados a partir de Antunes, 1995, Markttest, 1998, Virtual Sin, 1996 (variáveis sociológicas); INE, 1984, MESS/DE, 1994, MTS/DE, 1995, IEF, 1995 e 1999 (variáveis económicas); MAI/STAPE, 1999 (variáveis políticas). Nota: Excepto quando se apresenta o R^2 , os valores nas células da matriz são os *Betas*.

* $p < 0,05$; ** $p < 0,1$; restantes *Betas* não são estatisticamente significativos.

¹ A “taxa de desemprego” refere-se a 1981/INE (eleições de 1983 e 1985), a 1991/INE (eleições de 1987 e de 1991) e a 1995/IEFP e 1999/IEFP (eleições de 1995 e 1999).

² A “taxa de variação no desemprego” refere-se à variação entre Outubro de 1994 e Outubro de 1995 (eleições de 1995) e entre Outubro de 1998 e Outubro de 1999 (eleições de 1999).

³ A “taxa de variação nas remunerações” refere-se à variação nas remunerações médias mensais dos trabalhadores por conta de outrem, entre 1986 e 1987 (eleições de 1987); 1989 e 1991 (eleições de 1991); 1994 e 1995 (eleições de 1995).

Em termos de conjuntura económica, a “taxa de desemprego” teve sempre um impacto negativo sobre o voto no CDS, mas apenas em 1995 e em 1999 esse efeito foi estatisticamente significativo. Não tendo o CDS participado em qualquer governo durante todo o período¹², a menor implantação deste partido nas zonas de maior desemprego é apenas interpretável à luz da “hipótese das prioridades políticas”. Isto é, presume-se que os eleitores dos concelhos onde há mais desemprego votam menos neste partido porque o percebem como dando menor prioridade relativa à questão do desemprego.

O crescimento da “taxa de variação nas remunerações” esteve associado a menores votações do CDS, em 1987, e a maiores votações, em 1991¹³. Em 1987, as menores votações do CDS nos concelhos onde mais cresceram as remunerações poderão estar associadas a um maior volume de transferências de voto do CDS para o PSD nas zonas mais beneficiadas pela conjuntura económica, 1986-1987. Em 1991, a maior implantação relativa do CDS nos concelhos onde mais cresceram as remunerações é dificilmente interpretável com os dados disponíveis: a haver um beneficiado da melhoria das condições

¹¹ Apenas referimos os três elementos mais importantes, bem como o impacto da conjuntura económica.

¹² Na realidade, este partido foi incumbente em 1983. Por isso, nestas eleições a relação seria também interpretável à luz da “hipótese da responsabilização”.

¹³ O padrão verificado em 1991 mantém-se em 1995, mas o coeficiente não é significativo. Em relação a 1999, não haviam ainda dados disponíveis para este indicador.

económicas ele deveria ser o partido do governo (PSD). Todavia, o impacto destes dois elementos foi muito fraco. Em 1999, há também a registar a correlação positiva entre a “taxa de variação no desemprego”, 1998/99, e o voto no CDS. Ou seja, este partido teve maiores votações nos concelhos onde o desemprego mais cresceu, 1998/99, relação esta que infirma as predições decorrentes da “hipótese das prioridades políticas”. Todavia, este resultado poderá ser interpretado como uma capitalização, por parte do CDS/PP, do descontentamento gerado pelo crescimento do desemprego, 1998/99 (“hipótese da responsabilização”).

As eleições de 1995 representaram, efectivamente, uma notável renovação do eleitorado do CDS. O elemento mais relevante para explicar o voto neste partido passou a ser o carácter jovem dos concelhos (*Beta/Factor 3*)¹⁴, seguido da presença das grandes propriedades agrícolas e do assalariamento associado (*Beta/Factor 4*); o sentido destas relações foi o mesmo que aquele que se registou entre 1983 e 1991, isto é, positivo e negativo, respectivamente. A maior implantação relativa nas áreas rurais e religiosas (*Beta/Factor 2*) passou a ser o terceiro elemento mais relevante. Portanto, as eleições de 1995 representaram uma redução do carácter confessional, rural e camponês do CDS. Pelo contrário, representaram um aumento do carácter jovem da sua implantação concelhia.

Nas eleições de 1999 mantiveram-se algumas das tendências registadas em 1995, embora se tenham registado também algumas mudanças. Em primeiro lugar, o Factor mais importante para explicar as variações concelhias do voto no CDS/PP continuou a ser o carácter jovem dos concelhos (*Beta/Factor 3*). Todavia, o segundo elemento mais relevante para explicar o voto no CDS/PP passou a ser o carácter rural e confessional dos concelhos, associado a maiores votações neste partido (*Beta/Factor 2*). Este segundo elemento surge praticamente *ex aequo* com o efeito negativo da “taxa de desemprego”, o qual aparece como a terceira dimensão mais relevante.

A diminuição do carácter religioso, rural e camponês (*Betas/Factores 2 e 5*) do eleitorado preferencial do CDS começou a verificar-se em 1987 e 1991, ou seja, a estratégia de voto útil no PSD terá atingido preferencialmente os tradicionais bastiões do CDS, daí o declínio da variância explicada do voto neste partido. Por outro lado, em 1995, a recuperação eleitoral deste partido localizou-se principalmente fora desses bastiões. Portanto, acentuou-se o realinhamento da sua base eleitoral. Nas eleições de 1995, o realinhamento, pelo menos temporário, na base eleitoral do CDS/PP estará, provavelmente, relacionado com as mudanças na elite dirigente do partido e nas suas propostas políticas, que se desenrolaram de 1991 a 1995 (Robinson, 1996). Em 1999, este padrão manteve-se basicamente inalterado. Por outro lado, a associação positiva do CDS à pequena burguesia agrícola, que tinha sido o segundo factor de maior relevo entre 1983 e 1991, continuou a perder terreno entre 1995 e 1999: nas últimas eleições passou a ter menor importância que os factores de conjuntura. Mais, apesar de os coeficientes de regressão não serem estaticamente significativos, verifica-se que, em 1995 e 1999, o CDS/PP registou maiores votações relativas nos grandes centros urbanos, ao contrário do que se tinha verificado entre 1983 e 1991 (*Betas/Factor 1*).

¹⁴ Daqui podemos inferir um aumento do contraste da respectiva implantação entre o Norte e o Sul e entre o litoral e o interior (ver Freire, 2000a, Apêndice II, Quadro A2.1; Machado & Costa, 1998, pp. 22-23).

VI - Clivagens, conjuntura económica e voto no PSD, 1983-1995

No caso do PSD (Quadro 2), dois elementos se afiguram como surpreendentes. Em primeiro lugar, face a 1983 e 1985 (variância explicada inferior a 60%), no período 1987-1999 a determinação sociológica (Factores 1 a 5) da distribuição concelhia do voto no PSD (R^2) foi maior (sempre igual ou superior a 67%), embora de 1995 (71%) para 1999 (67%) se tenha verificado uma descida na variância explicada. Em segundo lugar, a implantação concelhia do PSD foi sempre mais polarizada (R^2) do que no caso do CDS (cfr. Quadros 1 e 2).

Quadro 2: Clivagens, economia e voto no PSD, 1983-1999, Continente (N=275) (regressões lineares múltiplas)

<i>Estrutura de Clivagens e Conjuntura Económica</i>	PSD83	PSD85	PSD87	PSD91	PSD95	PSD99
F1: Centralidade e Urbanidade (+)	-0,122*	-0,098*	-0,084*	-0,139*	-0,100*	-0,095*
F2: Terciário/Semi-Urbano, Secular (+)/Rural (-)	-0,568*	-0,552*	-0,540*	-0,562*	-0,614*	-0,587*
F3: Idosos (+) / Jovens (-)	-0,067	-0,113*	-0,159*	-0,117*	-0,152*	-0,121*
F4: Assalariamento e Gr. Propriedade Agrícolas (+)	-0,309*	-0,369*	-0,335*	-0,316*	-0,350*	-0,320*
F5: Trab. Industria (-)/ Peq. Burguesia Agrícola (+)	0,238*	0,227*	0,216*	0,198*	0,201*	0,254*
Taxa de desemprego ¹	-0,112*	-0,104*	-0,219*	-0,234*	-0,164*	-0,194*
Taxa de variação no desemprego 94/95 e 98/99 ²					0,011	0,038
Taxa de variação nas remunerações ³			-0,000	0,049	0,000	
R^2 (variância explicada)	57%	59%	72%	72%	73%	71%
R^2 (variância explicada) (Só Factores 1 a 5)	56%	58%	69%	69%	71%	67%

Fontes: ver referências no Quadro 1. Nota: Excepto quando se apresenta o R^2 , os valores nas células da matriz são os *Betas*. * $p < 0,05$; ** $p < 0,1$; restantes *Betas* não são estatisticamente significativos.

^{1 2 3} Ver notas com estes mesmos números no Quadro 3.

O PSD tem tido sempre uma implantação concelhia com traços muito marcados, bastante maior no Norte que no Sul, sobretudo nas zonas rurais da Região Setentrional (Gaspar & Vitorino, 1976; Coelho, 1980; André & Gaspar, 1989; Aguiar, 1994; Nataf, 1995, pp. 106-112; Freire, 2000a). Este traço está associado quer às raízes histórico-sociológicas do conservadorismo nos distritos do Norte e Centro interiores, quer às características da formação do sistema de partidos no período da transição para a democracia (Cruz, 1988, p. 220; Schmitter, 1999, p. 97, Quadro 6; Gaspar & André, 1990; Freire, 2000a, pp. 145-161). Daí a forte especificação da distribuição espacial do voto no PSD.

Contudo, fica por explicar a evolução registada a partir de 1987. Era expectável que, pelo menos em 1987 e 1991, tivesse descido a intensidade da associação entre as características sociológicas dos concelhos e a distribuição do voto no PSD (Hipótese 3). Conforme já referimos, tal não se verificou. Quanto ao impacto independente dos indicadores da conjuntura económica, ele foi de 1%, 1%, 3%, 3%, 2% e 4%, respectivamente para 1983, 1985, 1987, 1991, 1995 e 1999. Por aqui se demonstra que, entre 1987 e 1999, também a conjuntura económica passou a ter maior peso na determinação do voto no PSD, face ao que se tinha registado em 1983 e 1985.

A explicação para o aumento da determinação sociológica do voto no PSD terá de passar pela forte captação de eleitorado ao CDS e pela mobilização de anteriores abstencionistas no Norte e Centro interiores, factos que terão contribuído para vincar a base social de apoio do PSD¹⁵. Recorde-se que o

¹⁵ Sobre a mobilização de abstencionistas do Norte e Centro interiores pelo PSD, em 1987 e 1991, ver Freire, 2000a e 2000b.

carácter rural/confessional dos concelhos (Factor 2) perdeu importância na explicação do voto no CDS, logo de 1985 para 1987 (Quadro 1). Mais, o crescimento do CDS, em 1995 e 1999, verificou-se predominantemente fora dos tradicionais bastiões da direita, permitindo ao PSD preservar praticamente intacta a sua hegemonia sobre o eleitorado rural, confessional e camponês (*Betas*, em 1995 e 1999, Factores 2 e 5 - Quadros 1 e 2). Aliás, a análise cartográfica das eleições de 1987 e de 1991 confirma esta tese (Freire, 2000a, Apêndice V, Mapas 3.3 e 3.4).

Portanto, todos estes elementos apontam para que as volumosas transferências de voto, em 1987, 1991 e 1995, não tenham alterado tanto o equilíbrio de forças entre a esquerda e a direita, nomeadamente em termos de alinhamentos dos eleitores, como a força relativa de cada um dos partidos na sua área ideológico-sociológica respectiva e o perfil dos seus eleitorados; dito de outro modo, tal volatilidade eleitoral terá atingido o eleitorado dos partidos individualmente mas não o impacto do sistema de clivagens em termos dos alinhamentos esquerda/direita (Mair, 1990a, e 1990b, pp. 175-185; Smith, 1990). Todavia, deve referir-se que, no caso do PSD, as eleições de 1999 parecem indicar um certa viragem: face a 1995 houve um decréscimo do impacto das clivagens, acompanhado de um maior aumento da importância dos factores de conjuntura. Só em futuras eleições legislativas poderemos ver se esta inversão representa uma efectiva inversão de tendência.

Por outro lado, é curioso que, ao nível dos dados agregados, o PSD tenha tido sempre uma base social mais polarizada do que o CDS (cfr. Quadros 1 e 2). Mais, entre 1987 e 1999, o PSD foi o partido cuja implantação sócio-espacial foi mais definida, ultrapassando inclusive as coligações eleitorais lideradas pelo PCP (cfr. Quadro 2 e Quadros 1, 3 e 4). Todavia, dados individuais apontam em sentido diverso: o perfil sociológico dos simpatizantes é mais vincado nos pequenos (PCP e CDS) do que nos grandes partidos (PS e PSD), embora muito mais esbatido no PS do que no PSD (Cabral, 1995, pp. 178-187, e 1998a, pp. 407-410; Nataf, 1995, pp. 115-177). Aliás, dada a dimensão eleitoral do PS e do PSD é quase estatisticamente inevitável que assim seja. Portanto, temos de manter as nossas conclusões apenas para o nível ecológico.

Em termos da importância relativa das diferentes variáveis independentes (Quadro 2), verifica-se o PSD esteve sempre melhor implantado nos concelhos com maiores percentagens de população residente em habitat rural e com maiores proporções de missalizes; em contrapartida, esteve sempre pior implantado nas áreas com maior peso relativo da população semi-urbana, dos trabalhadores não manuais do terciário e da secularização (*Betas*/Factor 2). Este factor foi sempre o mais importante ao longo de todo o período. Por outro lado, o PSD teve sempre menores votações nos concelhos caracterizados pela maior presença do latifúndio e do operariado agrícola (*Betas*/Factor 4); este foi sempre o segundo elemento mais relevante para explicar a distribuição espacial do voto no PSD. Em terceiro lugar, o PSD esteve sempre melhor implantado nos concelhos com maior peso relativo da pequena burguesia agrícola; em contrapartida, teve sempre piores resultados nas áreas com maiores proporções de operários industriais (*Betas*/Factor 5). Todavia, aquando das duas maiorias absolutas do PSD, a presença da pequena burguesia agrícola nos concelhos passou a ser menos importante do que a “taxa de desemprego” para explicar a distribuição espacial do voto no PSD. Nas eleições de 1995 e de 1999, a situação anterior a 1987 foi reposta.

Ao longo de praticamente todo o período, a “taxa de desemprego” revelou ter maior impacto (negativo) no PSD do que no CDS. Este elemento poderá estar relacionado com a maior proximidade ao poder por parte do PSD, pois segundo Lewis-Beck quanto mais próximos do poder estão os partidos maior a

probabilidade de serem julgados pelas *performances* da economia (1997, pp. 251-257).

A influência da “taxa de desemprego” na distribuição concelhia do voto no PSD tanto pode ser interpretada à luz da “hipótese da responsabilização” como da “hipótese das prioridades políticas” (Kieweit, 1983; Anderson, 1995; Tufte, 1994; Lewis-Beck, 1990). Todavia, entre 1995 e 1999, o valor do coeficiente associado à “taxa de desemprego” aumentou: *a contrario* do esperado segundo a “hipótese da responsabilização”, pois este partido deixou de ser incumbente. Por isso, inclinamo-nos a pensar que a relação entre a “taxa de desemprego” e o voto no PSD (1983-1999) é mais bem interpretada à luz da “hipótese das prioridades políticas”.

VII - Clivagens, conjuntura económica e voto no PCP, 1983-1999

A determinação sociológica (Factores 1 a 5) (R^2) do voto no PCP foi, em 1983 e 1985, a mais pronunciada de todos os partidos em análise (cfr. Quadro 3 e Quadros 1, 2 e 4). Este dado é consistente com os resultados de outros estudos (André & Gaspar, 1989, pp. 260-261; Cabral, 1998, p. 408), sendo aliás um traço comum a vários partidos comunistas europeus (Lane & Ersson, 1999, p. 117). Todavia, esta característica do PCP tem vindo a esbater-se, sobretudo de 1987 em diante.

Portanto, tal como no CDS, também em relação ao PCP se verificou um declínio da política das clivagens (só Factores 1 a 5) de 1985 em diante (Quadro 3). A evolução da importância dos elementos da conjuntura económica foi algo irregular: picos em 1987 e 1991 (3%); descidas em 1995 (1%) e 1999 (2%).

O PCP teve sempre maiores percentagens de voto nos concelhos com maiores proporções de assalariados do sector terciário, com maiores percentagens de residentes em habitat semi-urbano e de indivíduos secularizados; em contrapartida, este partido teve sempre menores votações nos concelhos com maiores proporções de residentes em habitat rural e de missalizantes (*Betas*/Factor 2, Quadro 3). Foi este o Factor que teve maior importância ao longo de todo o período, 1983-99, salvo em 1985. A situação registada nesta data ter-se-á ficado a dever à penetração do PRD no eleitorado do PCP (Freire, 2000a, pp. 176-178).

Embora estejamos perante a presença simultânea de três clivagens (classista, religiosa e urbano/rural), não deixa de ser extremamente relevante que a base eleitoral do PCP seja primordialmente composta por assalariados do terciário e não por operários industriais; facto tanto mais relevante quanto aponta no mesmo sentido de estudos recentes com dados individuais (Cabral, 1998, p. 408). Por outro lado, estes dados contrariam os resultados de Nieuwbeerta & De Graaf (1999), os quais reportam os “trabalhadores não manuais” como menos propensos a votar à esquerda que os “trabalhadores manuais”.

Entre 1983 e 1999, o segundo factor com maior impacto nos alinhamentos eleitorais do PCP foi a sua maior penetração relativa nos concelhos caracterizados pelo predomínio do latifúndio e do assalariamento agrícola, salvo em 1985 (*Betas*/Factor 4), elemento tradicionalmente característico da implantação sócio-espacial do PCP (Gaspar & Vitorino, 1976; André & Gaspar, 1989, pp. 268-273).

No período em análise, o PCP teve sempre maiores proporções de votos nos concelhos com maiores percentagens de desempregados (“taxa de desemprego”). Este foi quase sempre o terceiro elemento com maior importância para explicar os alinhamentos dos eleitores deste partido, salvo em 1983 e 1995,

quando cedeu a referida posição à estrutura demográfica dos concelhos: maiores votações nas áreas mais envelhecidas (cfr. *Betas* "taxa de desemprego" versus Factor 3).

Quadro 3: Clivagens, economia e voto na APU/CDU, legislativas 1983-1999, Continente (N=275) (regressões lineares múltiplas)

<i>Estrutura de Clivagens e Conjuntura Económica</i>	<i>APU83</i>	<i>APU85</i>	<i>CDU87</i>	<i>CDU91</i>	<i>CDU95</i>	<i>CDU99</i>
F1: Centralidade e Urbanidade (+)	0,059*	0,034	0,048	0,048	0,015	0,025
F2: Terciário/Semi-Urbano, Secular (+)/ Rural (-)	0,577*	0,540*	0,475*	0,464*	0,501*	0,550*
F3: Idosos (+) / Jovens (-)	0,157*	0,153*	0,085*	0,093*	0,154*	0,158*
F4: Assalariamento e Gr. Propriedade Agrícolas (+)	0,458*	0,586*	0,406*	0,409*	0,499*	0,454*
F5: Trab. Industria (-)/ Peq. Burguesia Agrícola (+)	-0,123*	-0,113*	-0,106*	-0,108*	-0,104*	-0,143*
Taxa de desemprego ¹	0,139*	0,158*	0,259*	0,256*	0,125*	0,159*
Taxa de variação no desemprego 94/95 e 98/99 ²					0,009	0,091*
Taxa de variação nas remunerações ³			-0,026	-0,049	-0,006	
<i>R</i> ² (variância explicada)	71%	71%	70%	68%	65%	66%
<i>R</i> ² (variância explicada) (Só Factores 1 a 5)	70%	69%	67%	65%	64%	64%

Fontes: ver referências no Quadro 1. Nota: Excepto quando se apresenta o *R*², os valores nas células da matriz são os *Betas*. * $p < 0,05$; ** $p < 0,1$; restantes *Betas* não são estatisticamente significativos.

^{1 2 3} Ver notas com estes mesmos números no Quadro 3.

Apenas para o caso das eleições de 1999, há ainda a registar as maiores votações do PCP nas zonas onde mais cresceu o desemprego ("taxa de variação no desemprego"), ou seja, nestas eleições, este partido beneficiou do aumento do desemprego nalguns concelhos.

Esta primeira abordagem da base social de apoio do PCP permite-nos tirar algumas ilações. Em primeiro lugar, a base sociológica comum aos dois partidos de direita é perfeitamente simétrica no PCP - conforme veremos à frente este raciocínio também se aplica ao PS, embora com algumas especificidades de relevo. Em segundo lugar, essa simetria é mais perfeita no caso do contraste PSD/PCP.

Quanto ao impacto da "taxa de desemprego" no voto do PCP, tal relação (positiva) tanto pode ser interpretada à luz da "hipótese da responsabilização" como da "hipótese das prioridades políticas" (Kieweit, 1983; Lewis-Beck, 1990 e 1997; Tufte, 1994; Anderson, 1995). No primeiro caso, como resultado de um maior apoio aos partidos da oposição (PCP) nos concelhos com mais desemprego; no segundo caso, como resultado da maior ênfase do PCP no combate ao desemprego. Todavia, pensamos que a referida relação será mais bem interpretável à luz "hipótese das prioridades políticas": só assim se explica que não tenha sido toda a oposição a beneficiar da "taxa de desemprego".

Por outro lado, estes dados contrariam a tese de Lewis-Beck de que, quanto mais próximos do poder estão os partidos, maior a probabilidade de serem afectados pela conjuntura económica (Lewis-Beck, 1997, pp. 251-257). Ou seja, estes dados indicam que as oscilações no estado da economia geram também votos de protesto.

Quanto à relação entre desemprego e sentido de voto, pode sempre levantar-se a dúvida sobre se estamos perante uma relação espúria. Por um lado, o desemprego atinge mais os grupos sócio-profissionais assalariados e com menores recursos económicos e educacionais, cuja posição na estrutura social os impele, *ceteris paribus*, a votar mais à esquerda. Portanto, podemos considerar que aquilo que verdadeiramente explica a correlação entre desemprego e sentido de voto é a posição de classe dos desempregados, não o seu descontentamento

face à gestão macroeconómica dos governos e/ou a sua avaliação da prioridades macroeconómicas dos partidos; ou que estas avaliações apenas reforçam as atitudes decorrentes do posicionamento na estrutura social (Cabral, 1997, p. 10). Por outro lado, as maiores taxas de desemprego têm-se localizado, sobretudo, no Alentejo e nas regiões mais urbanizadas do Sul do país (Freire, 2000a); tradicionalmente, tais áreas votam mais à esquerda.

Contudo, a utilização da regressão múltipla permite-nos concluir que as relações detectadas entre a “taxa de desemprego” e o voto nos partidos se mantêm significativas apesar de mantermos controlados todos os indicadores da clivagens. Portanto, não negamos que existe um certo carácter estrutural na distribuição regional do desemprego, tal como defendeu Cabral (1997) e tem sido detectado em outros países (Rattinger, 1991, p. 53; Bellucci, 1984, pp. 391 e 395; Bellucci, 1991, p. 69). Mas com a metodologia adoptada adquirimos substancial segurança quanto ao carácter não espúrio das relações detectadas.

VIII - Clivagens, conjuntura económica e voto no PS, 1983-1999

No período em análise, face aos outros três partidos, o voto no PS foi sempre o menos explicável (R^2) pelas características sociológicas dos concelhos (cfr. Quadros 1, 2, 3 e 4). Esta fraca polarização do voto no Partido Socialista é aliás corroborada por análises com dados individuais (Cabral, 1995, pp. 175-187 e 1998, pp. 407-409; Nataf, 1995, pp. 112-126). Portanto, neste caso poderemos falar de um partido de tipo *Catch-all* (Kircheimer, 1990), quer ao nível ecológico quer ao nível individual. Tal fenómeno é explicável pela posição charneira assumida pelo PS na transição democrática (Cruz, 1995, pp. 135-137): afirmando-se contra as pretensões hegemónicas do PCP, a Sul, e como pólo aglutinador contra as pretensões hegemónicas da direita, a Norte .

Quadro 4: Clivagens, economia e voto no PS, legislativas 1983-1999, Continente (N=275) (regressões lineares múltiplas)

<i>Estrutura de Clivagens e Conjuntura Económica</i>	PS83	PS85	PS87	PS91	PS95	PS99
F1: Centralidade e Urbanidade (+)	0,116*	-0,013	0,109**	0,203*	0,115*	0,027
F2: Terciário/Semi-Urbano, Secular (+)/ Rural (-)	0,202*	0,017	0,183*	0,391*	0,353*	0,236*
F3: Idosos (+) / Jovens (-)	0,003	0,094	0,106**	0,084	0,163*	0,152*
F4: Assalariamento e Gr. Propriedade Agrícolas (+)	-0,201*	-	-0,116	-0,019	-0,000	0,048
F5: Trab. Industria (-)/ Peq. Burguesia Agrícola (+)	-0,380*	-0,200*	-0,349*	-0,335*	-0,265*	-0,296*
Taxa de desemprego ¹	-0,052	-0,079	-0,013	0,036	0,152*	0,171*
Taxa de variação no desemprego 94/95 e 98/99 ²					-0,023	-0,245*
Taxa de variação nas remunerações ³			0,064	-0,054	-0,006	
R^2 (variância explicada)	25%	8%	20%	32%	31%	34%
R^2 (variância explicada) (Só Factores 1 a 5)	24%	7%	20%	31%	29%	26%

Fontes: ver referências no Quadros 1. Nota: Excepto quando se apresenta o R^2 , os valores nas células da matriz são os *Betas*. * $p < 0,05$; ** $p < 0,1$; restantes *Betas* não são estatisticamente significativos.

^{1 2 3} Ver notas com estes mesmos números no Quadro 3.

Considerando apenas os indicadores das clivagens (Factores 1 a 5), verifica-se que, entre 1983 e 1987, a variância explicada foi sempre inferior a 25%. No período 1991-1999, a variância explicada foi sempre igual ou superior a 26% (Quadro 4), embora tenha havido uma descida de 1991 (31%) e 1995 (29%) para 1999 (26%). Portanto, parece-nos avisado concluir que a Hipótese 4, a qual

previa uma maior indiferenciação sociológica do eleitorado do PS nas vitórias de 1995 e 1999, não se confirma. Resta explicar este fenómeno aparentemente paradoxal.

Antes, porém, refira-se que os indicadores da conjuntura económica tiveram um impacto independente sobre o voto no PS de 1%, 1%, 0%, 1%, 2% e 8%, respectivamente em 1983, 1985, 1987, 1991, 1995 e 1999. Podemos concluir que no PS, tal como no CDS, a conjuntura económica passou a ter um crescente relevo, sobretudo nas eleições legislativas de 1999.

Em 1985 (7%), o declínio da variância explicada pelas clivagens é explicável pela penetração do PRD no eleitorado preferencial do Partido Socialista (Freire, 2000a, pp. 176-178; André & Gaspar, 1989, pp. 260-267; Gaspar & André, 1990, pp. 149-153; Bacalhau, 1989, pp. 247-250).

Mas o aumento da determinação sociológica do voto no PS, em 1991, 1995 e 1999, não será tanto explicável pela recuperação do eleitorado perdido para o PRD, como pela crescente penetração no eleitorado do PCP. Só assim se explica que a variância explicada entre 1991 e 1999 seja superior à que se verificava em 1983. Ou seja, fruto da captação de parte dos eleitores do PCP, o PS tem vindo a ganhar um eleitorado com um perfil sociológico mais definido, pelo menos em termos de implantação concelhia. Note-se que o PS tem tido quase sempre menor implantação relativa nas zonas de grande latifúndio e assalariamento agrícola, salvo em 1999 (*Betas*/Factor 4). Todavia, o coeficiente de regressão deixou de ser significativo a partir de 1987; após esta data, o valor do *Beta* continuou a declinar, atingindo um valor praticamente nulo em 1995. Em 1999, pela primeira vez durante o período analisado, verificou-se que o PS passou a ter maior implantação relativa nas zonas de latifúndio e predomínio do operariado agrícola. De idêntico modo, em 1991 e 1995, o carácter semi-urbano, terciarizado e secularizado dos concelhos passou a ser o factor de maior relevo para explicar os alinhamentos eleitorais do PS, facto que revela uma crescente semelhança com a base eleitoral do PCP (*Betas* do Factor 2/Quadro 4 e cfr. Quadro 3); entre 1983 e 1987, o factor mais importante para explicar o voto no PS era a sua maior implantação relativa nos concelhos com maiores percentagens de operários industriais (*Betas* do Factor 5).

Estas evoluções ilustram claramente a crescente penetração do Partido Socialista no terreno preferencial do PCP. Assim, ao esbater do perfil sociológico dos eleitores deste partido (Quadro 3) correspondeu um vincar da polarização do eleitorado do PS (Quadro 4). Todavia, em 1999 verificou-se um certo retomar do perfil verificado entre 1983 e 1987: a maior penetração do PS nas zonas onde predomina o assalariamento industrial voltou a ser o factor mais importante (*Betas*/Factor 5). Por outro lado, a associação positiva do voto no PS aos concelhos terciarizados, secularizados e onde predomina o habitat semi-urbano (*Betas*/Factor 2) passou a ser o terceiro elemento mais relevante, após o Factor 5 (Trabalhadores da Indústria) e a “taxa de variação do desemprego”.

Tal como no caso dos realinhamentos eleitorais entre CDS e PSD, os resultados verificados no caso do PCP e PS indicam que os elevados níveis de volatilidade registados em 1987 e 1995 não terão contribuído para o declínio do impacto das clivagens nos alinhamentos dos eleitores em termos do eixo esquerda/direita. Isto não significa que não tenham existido substanciais transferências de voto entre os partidos de esquerda e os partidos de direita, como aliás indicam os níveis de “volatilidade bloco” (Freire, 2000a; Lobo, 1996), mas apenas que elas não foram suficientes para alterar significativamente a base sociológica e económica de cada um dos dois blocos ideológicos. Contudo, a situação verificada em 1999 indica uma certa inversão de tendência, com o retomar de alguns dos traços do período 1983-87: maior importância do peso do operariado industrial para explicar a base eleitoral do PS.

Para o período 1983-1999, os realinhamentos verificados permitem-nos pensar que, mais do que grandes alterações no perfil ideológico e motivacional do eleitorado, outros factores terão pesado nas alterações dos alinhamentos dos eleitores. Provavelmente ter-se-ão verificado fenómenos de “voto útil” em cada bloco ideológico: quer como resultado de uma aprendizagem do funcionamento do sistema eleitoral, que penaliza os pequenos partidos nos círculos do interior; quer em resultado de uma avaliação da fraca probabilidade de esses partidos ascenderem ao governo. Outros factores terão sido a forte e galvanizadora liderança de Cavaco Silva, sobretudo em 1987 e 1991, e o desejo de muitos simpatizantes do PCP em desalojar a direita do poder, em 1995.

As eleições de 1999 apresentaram um certa inversão no padrão verificado no voto do PS, em 1991 e 1995. Todavia, não deve exagerar-se esta inversão. Em primeiro lugar, o PS passou a ter maior implantação relativa nas zonas de latifúndio e assalariamento agrícola (Factor 4), penetrando cada vez mais no terreno do PCP. Por outro lado, aumentou a associação positiva do voto no PS com a “taxa de desemprego” concelhia, facto também ele revelador de uma crescente captação de antigos eleitores do PCP. No caso desta última correlação, deve notar-se que ela só começou a ser positiva em 1991 e que só adquiriu significância estatística em 1995 e 1999.

Salvo em 1985, devido ao fenómeno PRD, o PS revelou sempre maior penetração relativa nos grandes centros urbanos (*Betas*/Factor 1). Todavia, em 1999, apesar de o sentido desta relação se ter mantido, verifica-se que o coeficiente deixou de ser estatisticamente significativo. Esta situação está relacionada com o crescimento do Bloco de Esquerda nas zonas urbanas, em grande parte à custa do PS. Este elemento será aliás responsável pelo declínio da variância explicada pelas clivagens, entre 1995 (29%) e 1999 (26%).

A “taxa de desemprego” só teve um impacto (positivo) estatisticamente significativo em 1995 e 1999. Em termos interpretativos, inclinamo-nos mais para a “hipótese das prioridades políticas”, pois em 1999 a relação continuou positiva apesar de o PS ser incumbente.

Por último, refira-se que, nas eleições de 1999, registou-se uma relação negativa muito forte entre o crescimento do desemprego (“taxa de variação no desemprego”, 1998/99) e o voto no PS. Ou seja, as zonas onde o desemprego mais cresceu (1998/99) foram aquelas onde o PS teve piores votações. Mais, este elemento passou a ser o segundo mais importante para explicar a distribuição concelhia do voto no PS. Esta relação é interpretável à luz da “hipótese da responsabilização”: o governo do PS responsabilizado pela evolução concelhia do desemprego, 1998/99.

IX - Conclusões

Entre 1983 e 1999, verificou-se efectivamente um declínio do impacto eleitoral das clivagens, mas esta tendência verificou-se onde menos se esperava, isto é, nos dois partidos (CDS e PCP) que ao longo do período perderam mais eleitorado e não naqueles que conheceram os maiores aumentos (PSD e PS) (infirmação das Hipóteses 3 e 4). Por isso, concluímos que o aumento da volatilidade eleitoral (1985 a 1995) produziu efectivamente realinhamentos eleitorais, mas estes verificaram-se predominantemente no seio de cada um dos “blocos” ideológicos e não entre os dois “blocos”. Ou seja, tais realinhamentos eleitorais afectaram o eleitorado dos partidos individualmente, mas não tanto a base sociológica da clivagem esquerda/direita.

Assim, os dois partidos centrais (PSD e PS), grandes beneficiários da bipolarização eleitoral, reforçaram os perfis sociológicos dos respectivos

eleitorados em resultado de uma forte captação de votos a cada um dos partidos ideologicamente mais próximos. Pelo contrário, os partidos mais distantes do centro ideológico (CDS e PCP), ao perderem eleitorado para os dois partidos centrais, viram esbater-se as características sociológicas da sua base eleitoral.

No entanto, parece-nos importante sublinhar que estas conclusões mantêm-se válidas apenas para o nível dos dados agregados. Urge, portanto, avaliar a evolução do impacto das clivagens sobre o voto através de inquéritos por amostragem.

Quanto ao efeito das diferentes clivagens sobre o voto partidário, os dados confirmaram as nossas hipóteses (1 e 2): maior voto na direita por parte dos indivíduos mais religiosos e mais próximos do pólo do capital; vice-versa para o voto de esquerda.

Entre 1983 e 1999, controlando o efeito das estruturas de clivagem, verificámos que a “taxa de desemprego” teve efeitos relevantes sobretudo no PSD e no PCP (sempre estatisticamente significativos). Todavia, em termos evolutivos, os indicadores da conjuntura económica ganharam relevo sobretudo no PS e no CDS/PP. Em qualquer caso, geralmente os efeitos da “taxa de desemprego” actuaram no sentido previsto pela Hipótese 6 (“hipótese das prioridades políticas”): beneficiaram os dois partidos de esquerda e penalizaram os dois partidos de direita.

Quanto aos efeitos dos outros indicadores da conjuntura económica, os resultados foram, geralmente, bastante menos expressivos, em parte porque a disponibilidade dos dados apenas nos permitiu testar os seus efeitos em parte da série temporal analisada. Por outro lado, registaram-se alguns resultados não consistentes com as Hipóteses (5 e 6) e que são dificilmente explicáveis com os dados disponíveis.

Também neste caso, cumpre prosseguir as análises aqui iniciadas com dados individuais, pois só esse tipo de dados permitirá esclarecer algumas das relações detectadas ao nível ecológico.

Bibliografia

Aguiar, J. (1994), "Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991)" in *Análise Social*, vol. XXIX, nº 125-126, pp. 171-238

Anderson, C. (1995), *Blaming the government. Citizens and the economy in five european democracies*, Armonk, M.E.Sharpe

André, I., & J. Gaspar (1989), "Portugal-geografia eleitoral: 1975 e 1987" in Coelho, M.B. (coord.) - *Portugal - O sistema político e constitucional 1974/1987*, Lisboa, ICS, pp. 257-278

Bacalhau, M. (1989), "Mobilidade e transferência de voto através das sondagens" in Coelho, M. (coord.) - *Portugal - O sistema político e constitucional 1974/1987*, Lisboa, ICS, pp. 237-256

idem (1994) - *Atitudes, opiniões e comportamentos políticos dos portugueses: 1973-1993*, Lisboa, Editores M.Bacalhau/T.Bruneau

Bellucci, P. (1984), "The Effect of Aggregate Economic Conditions on the Political Preferences of the Italian Electorate, 1953-1979" in *European Journal of Political Research*, nº 12, pp. 387-401

idem (1991), "Italian Economic Voting: A Deviant Case or Making a Case for a Better Theory" in Norporth, H. et al, *Economics and Politics: The Calculus of Support*, Michigan, University of Michigan Press, pp. 63-84

- Bryman, A., & D. Cramer (1992), *Análise de dados em ciências sociais - introdução às técnicas utilizando o SPSS*, Lisboa, Celta
- Cabral, M. V. (1995), "Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitudes sociais" in *Análise Social*, vol. XXX, nº 130, pp. 175-206
- idem (1997) - "The Political economy of the Portuguese Labour Market", comunicação apresentada no colóquio *Unemployment's effects: southern european experience in comparative perspective*, Princeton, 14-15 de Novembro de 1997
- idem (1998), "Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal" in *Análise Social*, Vol. XXXIII, nºs. 146-147, pp. 381-414
- Campbell, A. *et al* (1980 [1960]), *The American Voter*, Chicago, Chicago University Press
- Carrión, J.J.S. (1995) - *Manual de análisis de datos*, Madrid, Alianza Universidad
- Cruz, M.B. da (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença
- idem (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand
- Dogan, M. (1995), "Le déclin du vote de classe et du vote religieux en Europe occidentale" in *Revue internationale des sciences sociales*, nº 146, pp. 601-616
- Downs, A. (1957), *An Economic Theory of Democracy*, s.l., Harper Collins Publishers
- Dunteman, G.H. (1989) - *Principal Components Analysis*, Newbury Park, Sage
- Erikson, R., & J. Goldthorpe (1992), *The constant flux. A study of class mobility in industrial societies*, Oxford, Clarendon Press
- Franklin, M. *et al* - *Electoral change - responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 383-405
- Freire, André (2000a), *Mudança social e política em Portugal, 1983-1995: uma análise ecológica da evolução do comportamento eleitoral em eleições legislativas*, Lisboa, ICS, tese de mestrado
- idem (2000b), "A Evolução da Participação e da Abstenção dos Portugueses em Eleições Legislativas, 1975-1995" in *Análise Social*, nº 154
- idem (2000c), "Religião e Política em Portugal, Irlanda e Noruega" in Cabral, M.V., Pais, J.M., Vala, J. (coord.), *Atitudes e Práticas Religiosas da População Portuguesa*, Atitudes Sociais dos Portugueses 1998 (no prelo)
- Gaspar, J. & André, I. (1990), *Geografia Eleitoral (I)*, colectânea de artigos, Lisboa, INIC, pp. 3-42
- Gaspar, J., & N. Vitorino (1976), *As eleições de 25 de Abril. Geografia e imagem dos partidos*, Lisboa, Livros Horizonte
- Gaspar, J. *et al* (1990), *Geografia Eleitoral (II)*, colectânea de artigos, Lisboa, INIC, pp. 83-170
- Gunther, R., & J.R.Montero (1994), "Los anclajes del partidismo: un análisis comparado del comportamiento electoral en cuatro democracias del sur de Europa" in Castillo, P. del (ed.), *Comportamento político y electoral*, Madrid, CIS, pp. 467-548

- King, G. (1997) - *A solution to the ecological inference problem: reconstructing individual behavior from aggregate data*, Princeton, Princeton University Press
- Kiewiet, D. R. (1983), *Macroeconomics & Micropolitics. The Electoral Effects of Economic Issues*, Chicago, Chicago University Press
- Kircheimer, O. (1990 [1966]), "The Catch-all party" in Mair, P. (ed.), *The west european party system*, New York, Oxford University Press, pp. 50-60
- Lane, J.-E. & S. Ersson (1999), *Politics and society in western europe*, London, Sage
- Langbein, L.I., & A.J. Lichtman (1978), *Ecological inference*, Newbury Park, Sage
- Lewis-Beck, M. (1990 [1988]) - *Economics & Elections: The Major Western Democracies*, Ann Arbor, Michigan University Press
- idem (1997), "Le vote du «porte-monnaie» en question" in Boy, D., & N. Mayer (dir.), *L'Électeur a ses raisons*, Paris, PFNSP, pp. 239-262
- Lipset, S., & S. Rokkan (1992 [1967]), "Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores" in Lipset, S., *Consenso e conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992, pp. 161-259
- Lobo, M.C. (1996), "A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991)" in *Análise Social*, Vol. XXXI, nº 5, pp. 1085-1116
- Machado, F.L. & A.F.Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada" in Viegas, J.M.L. & A.F.Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44
- Mair, P. (1990a [1983]), "Parameters of change" in Mair, P. (ed.), *The west european party system*, New York, Oxford University Press, pp. 208-217
- idem (1990b), "Continuity, Change and the Vulnerability of Party" in Mair, P., & G. Smith, *Understanding Party System Change in Western Europe*, London, Frank Cass, pp. 169-187
- Nataf, D. (1995), *Democratization and Social Settlements. The Politics of Change in Contemporary Portugal*, New York, State University of New York Press
- Nieuwbeerta, P. & De Graaf, N. D. (1999), "Traditional Class Voting in Twenty Postwar Societies" in Evans, G. (ed.), *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, Oxford, Oxford University Press, pp. 23-58
- Pedersen, M. (1979), "The dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility" in *European Journal of Political Research*, Vol. 7, nº 1, pp. 1-26
- Rattinger, H. (1991), "Unemployment and Elections in West Germany" in Norporth, H. et al, *Economics and Politics: The Calculus of Support*, Michigan, University of Michigan Press, pp. 49-62
- Robinson, R. (1996), "Do CDS ao CDS/PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa" in *Análise Social*, Vol. XXXI, nº 138, pp.951-974
- Schmitter, P. (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS
- Smith, G. (1990), "Core Persistence: Change and the «People's Party»" in Mair, P., & G. Smith, *Understanding Party System Change in Western Europe*, London, Frank Cass, pp. 157-168

Tufte, E. (1994 [1978]), *Political control of the economy*, New Jersey, Princeton University Press

Veiga, L.R.F.G. (1998), "Popularity functions for the Portuguese Prime Minister, Government, Parliament and President" in *European Journal of Political Research*, nº 33, pp. 347-361

Bibliografia de fontes não impressas ou periódicas

Antunes, L. M. (1995), "Inquérito à prática religiosa dominical, 1991/Base de dados" in Montargil, F., *Determinantes sociais da abstenção eleitoral (análise da eleição legislativa de 1991)*, tese de licenciatura, Lisboa, ISCTE (registo magnético)

IEFP (1995 e 1999) - *Estatísticas Mensais do Emprego: 1994 a 1995; 1998 a 1999*, Lisboa (registo magnético)

Markttest (1998), *Sales Index - Análise do Poder de Compra Regional 1998*, Lisboa (Base de dados em CDROM)

MAI/STAPE (1999), *1983-1999: Eleições da Assembleia da República*, Lisboa, <http://www.stape.pt> (registo magnético)

MESS/DE (1994), *Indicadores Regionais de Emprego*, 18 Volumes Distritais, Lisboa

MTS/DE (1995), *Remunerações médias mensais dos trabalhadores por conta de outrem: 1986 a 1995*, Lisboa (registo magnético)

Portugal, Virtual Sin (1996), *Global Data Report*, (registo magnético)